

10 levara do 7.12-74

# Para quando a Universidade do Minho?

Não se deve estranhar a nossa insistência. Somos baírristas e alargamos o nosso baírrismo ao âmbito nacional. Somos pela edu-

cação e não compreendemos como é possível manterem-se isolados do ensino 15.000 estudantes que pretendem um curso superior.

«Somos anti-históricos por natureza e desprezamos o passado»:

«— Conheço poucos países mais anti-históricos que Portugal, que desprezem o seu passado, que menos cuidem de conservar os seus vestígios e que menos se preocupem em estudá-los de uma maneira rigorosa e científica. Pode dizer-se que o trabalho do historiador entre nós tem sido feito à custa de muitos sacrifícios e de tentar vencer bar-

A paragem parece ser obrigatória, daquelas que havia antigamente no percurso dos velhos carros eléctricos de Braga e eram assinalados com uma bandeira vermelha. Ainda nos lembramos.

Pois não há instalações para os alunos. E, por isso, eles param com graves prejuízos para a economia nacional e para a economia do agregado familiar.

O certo é que, com um pouco de boa vontade, nós poderíamos ter em Braga a funcionar um curso dos chamados de lápis e carteira. Poderíamos ter, pelo menos, o curso que foi proposto pela Comissão Instaladora da Universidade do Minho: o Curso de História e Arqueologia. Aquele curso que o sr. Ministro da Educação, na entrevista concedida ao Jornal de Notícias designou, muito simples e ironicamente por Arqueologia.

Faculdade de Arqueologia?  
— Quem informou o sr. Ministro de tal pretensão? Quem escamoteou ao sr. Ministro o relatório da Comissão Instaladora? Como se passam coisas semelhantes depois do 25 de Abril?

Pois bem. Passado pouco mais

(Continua na 3.ª página)

# Para quando a Universidade do Minho?

(Continuação da 1.ª pág.)

de um mês, após a entrevista a que fizemos referência, mais precisamente no dia 25 de Novembro, ao dirigir-se aos Directores de Bibliotecas, Arquivos e Museus reunidos em Lisboa declarou o então Ministro da Educação Nacional, com superior ironia, que «somos anti-históricos por natureza e desprezamos o passado»:

«— Conheço poucos países mais anti-históricos que Portugal, que desprezem o seu passado, que menos cuidem de conservar os seus vestígios e que menos se preocupem em estudá-los de uma maneira rigorosa e científica. Pode dizer-se que o trabalho do historiador entre nós tem sido feito à custa de muitos sacrifícios e de tentar vencer barreiras quase intransponíveis, seja qual for o domínio a que se dirija» — afirmou o prof. Magalhães Godinho.

«Quem, como eu, calcorreou um pouco pela provincia — prosseguiu — e sabe a extraordinária riqueza de arquivos ou de espólios pertencentes a Câmaras e a misericórdias, ou até a casas particulares, a velhas casas fidalgas, casas de mercadores, que tinham relações com a Baía, no século XVIII, apercebe-se bem do desleixo que tem havido, da incúria, do estado lamentável a que chegou a maior parte da documentação... Bastava atravessar o Tejo e ir a Almada, para encontrar à chuva e ao sol uma série de códices e de documentos extremamente importantes que, allás, os encarregados de os conservar eram incapazes de ler... Ainda nos pediam, aflitivamente... «Veja se volta e encontrar a assinatura de Frei Luís de Sousa, que estava cá, mas nós perdemo-la...»

Mais adiante, o ministro Magalhães Godinho acentuou que

«nós só somos capazes de pensar o futuro na medida em que preconizamos o passado, não como lição, mas como sistema explicativo, como referência... Eu diria que, a história imperialista é uma maneira de pensar todos os problemas humanos».

Depois sublinhou:

«— No fundo, as bibliotecas, os museus e os arquivos, não são mais do que meios ao instrumento dessa história imperialista, ou seja, de uma maneira de pensarmos os problemas humanos. Eu falo, em função dos nossos anseios de hoje, para um futuro diferente. Pensá-los, mas sem anacronismos, quer dizer, sem projectar no passado, aquilo que desejariamos que o passado tivesse sido, ou que nos parece que teria sido conveniente, para a nossa acção presente. Investigação rigorosa, de tipo científico, ao mesmo tempo enriquecimento cultural. E, retomando uma ideia que foi exposta aqui, eu diria que há muitos pontos de encontro entre estas diferentes instituições e que mesmo quando têm de se especializar, por razões técnicas, financeiras ou outras, convém talvez, que uma ideia comum as informe e lhes dê o espírito de funcionamento da instituição. Acima de tudo devem encontrar-se aqueles que têm à sua guarda, não apenas conservar num sítio estrito, mas manter vivo o que foi o trabalho da mão e do cérebro do homem e dos homens.

A tarefa que se nos põe não é apenas a de guardiões de templos mais ou menos inacessíveis, mas a de instrumentalistas de uma pesquisa científica, antes de mais, de dinamização cultural, centros abertos a todos, onde todos possam de facto ir participar nessa permanente criação, nessa permanente invenção do futuro, que tem sido a história da humanidade.»

Depois de tão claras afirmações feitas, só nos resta continuar a perguntar qual a razão que impede a abertura da Faculdade de História e Arqueologia na Universidade do Minho, com as actualizações para cursos de arquivistas (de bibliotecas e empregos particulares), conservadores e bibliotecários.

Porque se espera pela destruição total de inúmeros documentos da Biblioteca de Braga?

Porque não abriu ou não abre a Universidade do Minho? Desejamos agradecer ao sr. Ministro as suas palavras.

Bom trabalho, sr. Ministro.